

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2009

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Foi criada em 1997 pela Lei Estadual nº 11.741 e tem como principal acionista o Estado do Paraná. Foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 através do documento DEORF/DIFIN-99/239.

Para o cumprimento de sua missão, que consiste em “promover o desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do governo”, a Agência atua na:

- Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;
- Gestão de fundos de financiamento específicos para o desenvolvimento do Estado;
- Execução de programas de financiamento de caráter especial de responsabilidade do Estado;
- Disponibilização de financiamentos com recursos próprios em programas destinados a segmentos específicos identificados pela AFPR como demandadores de crédito de fomento.

AMBIENTE ECONÔMICO

O cenário econômico mundial no decorrer de 2009 apresentou sinais de recuperação. As economias emergentes, em especial a China, demonstraram força e amenizaram as perdas globais geradas pelas economias desenvolvidas, que apresentaram retrações consideráveis em seus PIB’s durante todo o período apesar dos planos de reativação de suas economias lançados pelos governos.

Para o exercício de 2010, o mercado apresenta expectativa de crescimento na casa de 5% para a economia brasileira, a depender da demanda interna e de fatores externos, que devem ser obrigatoriamente considerados dado o atual grau de abertura da economia brasileira.

O Governo brasileiro juntamente com o Banco Central tomou medidas que, no curto prazo tiveram sucesso ao debelar a crise financeira. Porém, o aumento do volume de endividamento das nações, Brasil inclusive, pode num futuro próximo trazer novos problemas de amplitude nacional e mundial.

O Brasil, no primeiro trimestre de 2009, entrou em recessão técnica. No decorrer do exercício houve recuperação, em especial nos meses de outubro e novembro, porém provavelmente em nível insuficiente para que se registre crescimento substancial do PIB no período. A atividade industrial, produtora dos itens “tradables” da Produção Nacional foi a que, naturalmente, mais sofreu com os efeitos da crise fora do País, apresentando até o mês de novembro um recuo de –9,3% se comparado ao ano de 2008. Os últimos meses do ano, no entanto, apontam para uma desaceleração no ritmo de queda na produção.

O Paraná também apresentou redução na produção industrial no período se comparado ao exercício de 2008 com uma taxa de –4,3% acumulada até novembro, apresentando bom resultado se comparado ao cenário nacional. O comércio varejista, menos afetado pelos efeitos externos da crise, apresentou variação positiva de 7,2% no volume de vendas, ficando um pouco abaixo do crescimento nacional na casa de 8,7% registrado até novembro. Na agricultura, apesar da quebra na safra 2009 devido às condições climáticas que atingiram a região, o Paraná participou com 18,2% do total da produção nacional, estando hoje atrás somente do estado do Mato Grosso, o qual participa com 21,1% do total produzido no país.

Neste contexto, a Agência de Fomento do Paraná, como instituição financeira alinhada ao Plano de Desenvolvimento do Estado, vem apoiando projetos de infraestrutura, educação, agricultura além de propor soluções financeiras com o objetivo de aumentar a produtividade e competitividade das empresas paranaenses, para que se desenvolvam de forma sustentável.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

No exercício de 2009, a AFPR registrou Lucro Líquido de R\$ 81.979 mil, um crescimento de 9,62% quando comparado ao exercício de 2008, esse resultado proporcionou uma rentabilidade de 8,37% sobre o Patrimônio Líquido médio, superando a rentabilidade de 8,25% do exercício de 2008. O retorno sobre os Ativos Totais médios de 7,73% em 2009 também superou o exercício de 2008 que atingiu 7,60%.

O Patrimônio Líquido teve um incremento da ordem de 8,86% proveniente do resultado do exercício de 2009 incorporado na forma de reservas, bem como da capitalização da dotação para aumento de capital e dos Juros sobre Capital Próprio destinados aos acionistas em 2008.

As receitas com as operações de crédito no ano de 2009 apresentaram um acréscimo de 21,17% em comparação ao exercício de 2008, sendo em grande parte alavancadas por operações realizadas com o setor público.

O índice de eficiência operacional, no conceito de quanto menor melhor, teve queda neste exercício, passando de 28,21% em 2008 para 22,32% em 2009, isso denota que há um esforço permanente da empresa na maximização dos resultados.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE fixada pelo Governo do Estado no segundo semestre de 2007, que serviu de orientação para a elaboração do Plano Plurianual – PPA de Investimentos para o período 2008-2011, o papel da AFPR é destacado como provedora de recursos para crédito, reconhecendo que não existe desenvolvimento sem o mesmo, pois ele viabiliza projetos de investimentos públicos e privados que geram os efeitos multiplicadores de longo prazo.

Nesse contexto, e em sintonia com outros órgãos do Governo do Estado, a AFPR está desenvolvendo uma série de linhas de crédito para atender aos programas governamentais e outros de iniciativa própria, visando especialmente concentrar seus esforços em ações que

reduzam as disparidades regionais, atendendo as regiões socialmente críticas respeitando as características econômicas locais. Exemplo desse esforço é a disponibilização de financiamentos para os produtores da agricultura familiar e para micro e pequenas empresas. Por outro lado, reconhece a necessidade de apoiar empreendimentos de cunho tecnológico e aquelas que investem em inovação que tenham condições de alavancar a economia do Estado, financiando empresas abrigadas em incubadoras e que participam de programas de inovação administrados por parceiros.

A AFPR também participa como membro da Comissão de Financiamento do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, cujo objetivo é a identificação de fontes de recursos, a implementação de programas integrados comuns de financiamento ao desenvolvimento regional e a convergência institucional do crédito ao desenvolvimento no âmbito da região Sul e Mato Grosso do Sul.

PROGRAMAS DE CRÉDITO

Como instituição de fomento, a Agência prioriza o atendimento aos microempreendimentos formais e informais operando mediante financiamento a investimentos, sob a denominação de Banco Social, ainda implementou medidas operacionais para atendimento às empresas e agricultores através do repasse de recursos do sistema BNDES, buscando um modelo de sustentabilidade financeira e institucional que permita o cumprimento de sua missão e, ao mesmo tempo, viabilize o acesso dos interessados ao financiamento superando a ausência de capilaridade da estrutura de atendimento.

I) Microcrédito – Programa Banco Social

Criado com a finalidade de apoiar microempreendedores formais ou informais excluídos do sistema de acesso ao crédito, o programa representa importante instrumento para a geração de trabalho e renda no Estado, tendo liberado desde 2001 mais de R\$ 114,9 milhões através de mais de 32 mil contratos beneficiando empreendedores localizados em 353 dos 399 Municípios do Paraná. As operações de financiamento, que até o terceiro trimestre de 2009 estavam focadas nas regiões que apresentam baixos índices de Desenvolvimento Humano (IDH), passaram a abranger, no trimestre final, todo o território paranaense, englobando todos os segmentos da economia e buscando atender, assim, às diretrizes estratégicas do Governo do Estado expressas na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE.

II) Financiamentos ao Setor Público

a) Sistema de Financiamento aos Municípios – SFM

Destinados à promoção do desenvolvimento urbano, serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura dos Municípios. O programa é operacionalizado em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e o Paranaidade tendo atendido, desde 2002, a 343 municípios, aprovando mais de R\$ 808 milhões através de 1797 contratos, tendo liberado R\$ 732 milhões até dezembro de 2009. O capital destacado para operações no referido Sistema chega a R\$ 783 milhões.

b) Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP

Instituído em maio de 2006, o PROMAP tem como objetivo financiar a renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios, tendo sido destacados até o final de 2009 R\$ 113 milhões. É também operacionalizado mediante termo de cooperação técnico-operacional firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o Paranaidade, tendo aprovado até dezembro de 2009, 383 financiamentos a 170 municípios totalizando R\$ 108 milhões contratados e R\$ 99 milhões liberados.

III) Programa de Financiamento às Empresas Incubadas - FINTEC

Lançado em maio de 2008, o programa tem como objetivo apoiar os empreendimentos que se desenvolvem no âmbito das 20 incubadoras tecnológicas participantes da Rede Paranaense de Incubadoras Tecnológicas - REPARTE mediante financiamento de seus investimentos que têm como característica o alto índice de alavancagem dos recursos aplicados.

IV) Programa Bom Emprego Pequena Empresa (PROBEM)

Lançado em setembro de 2009, o programa destina crédito para projetos de micro e pequenas empresas do Estado optantes do SIMPLES NACIONAL e contribuintes do ICMS.

Contando com recursos da AFPR e do BNDES, o programa também tem como característica a equalização da taxa de juros (a partir de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE) para os empresários que mantiverem a quantidade de empregos, reduzindo em 5 pontos percentuais ao ano a taxa de financiamento

V) Repasses de Recursos do BNDES

O atendimento a micro e pequenas empresas e ao pequeno produtor rural com recursos BNDES foi iniciado em 2005 com financiamentos do Programa Moderfrota mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira com parceiros do sistema. Em 2007 o público-alvo foi atendido com recursos próprios da instituição conforme identificado no próximo item devido às características dos investimentos. Em agosto, a AFPR teve novo limite de crédito aprovado por aquela fonte no valor de R\$ 20 milhões, com liberações de recursos previstas para o primeiro trimestre de 2010. Também, estão sendo estudadas novas ações de parceria com outros Agentes Financeiros para repasse compartilhado de financiamentos.

VI) Financiamento à Agricultura Familiar e Pequenos Produtores Rurais

A Agência de Fomento é parceira da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAB e da

EMATER na implementação de programas de apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores rurais, estruturando mecanismos financeiros que viabilizam a segurança para os tomadores de crédito e reduzem os custos, a exemplo do fundo que avaliza os financiamentos que os produtores captam junto às instituições financeiras no mercado, a garantia de equivalência-produto no pagamento das prestações e a equalização de taxas de juros. E, nos casos em que recursos tradicionais como os do PRONAF não atendam as necessidades dos agricultores, a AFPR aloca recursos próprios para financiamento, como é o caso do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários lançado no segundo semestre de 2007. Dentro do mesmo objetivo, a AFPR desenvolveu, uma linha de crédito denominada Programa de Financiamento à Irrigação Noturna - PIN, que tem como benefício a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, conforme autorizado pelo Decreto Estadual nº 2044/2008, sob a modalidade da equalização da taxa de juros de financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil para atender ao referido Programa.

VII) Programa de Apoio a Cooperativas de Crédito - PROCRED

Desenvolvido no primeiro semestre de 2009 para disponibilizar financiamentos a taxas competitivas aos cooperados de cooperativas de crédito mediante a modalidade de Segundo Piso – empréstimo às cooperativas para repasse aos tomadores finais, com limitação de *spread* –, o programa teve seu primeiro financiamento liberado no último trimestre do ano.

VIII) Programa de Financiamento à Inovação

Implantado no último trimestre de 2009, destina-se às empresas participantes do Programa Agentes Locais de Inovação- ALI da Fundação Araucária/ Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Sebrae PR, financiando investimentos em inovação mediante oferta de linha de crédito em condições adequadas ao tipo de aplicação.

IX) Outras Operações com Recursos Próprios

Além dos programas de financiamentos citados, a AFPR deverá alocar recursos em outros programas relacionados à sua missão e sempre de acordo com suas diretrizes estratégicas, respeitando a condição de sustentabilidade financeira exigida de uma instituição participante do sistema financeiro nacional.

GESTÃO DE FUNDOS E COBRANÇA DE ATIVOS

Além da atividade de instituição financeira estruturando e operando financiamentos, a AFPR realiza a gestão operacional e financeira de Fundo de Aval Rural, Fundo de Desenvolvimento Econômico e a atividade de cobrança da carteira de Ativos pertencentes ao Estado do Paraná.

I) Fundo de Aval Garante da Agricultura Familiar do Paraná

A AFPR é gestora do Fundo de Aval Garante da Agricultura Familiar do Paraná, concebido pelo Governo do Paraná para concessão de garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos a produtores rurais que não dispõem de bens suficientes para assegurar empréstimos junto à rede bancária conveniada. Atualmente a instituição parceira é o Banco do Brasil. O limite estipulado para garantir operações agrícolas é de R\$ 7,9 milhões, valor que alavanca junto ao parceiro até R\$ 79 milhões em financiamentos concedidos.

II) Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE

Fundo destinado a apoiar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado mediante apoio financeiro às empresas. Na AFPR o fundo é utilizado para concessão de subvenção econômica no Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários como cobertura de equivalência-produto no pagamento de prestações. Futuramente será utilizado no Programa de Irrigação Noturna - PIN, também na equalização de juros em financiamentos concedidos a agricultores familiares por instituições financeiras conveniadas.

III) Cobrança de Ativos e Bens

A Agência efetua também a cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados “Ativos do Estado”, originários da operação de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28/03/01.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estabelecimento da Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná – PDE o papel da AFPR como instrumento de desenvolvimento do Estado está claramente delineado, devendo suas ações serem pautadas nessas definições. A formulação da visão da AFPR no contexto estratégico de “Promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do Governo”, confirma esse alinhamento com as diretrizes de governo. As ações desenvolvidas no exercício de 2009 pela AFPR e registradas no presente Relatório de Administração, demonstram a busca de um harmonioso diálogo entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe ainda o destaque da execução dessas ações de forma conjunta com as demais instituições públicas do Estado, buscando a unidade governamental e a implementação de suas prioridades, como a atuação nas regiões com menores índices de desenvolvimento, na observação de uma destacada perspectiva social, aspecto prioritário e relevante da Gestão Estadual.

Curitiba, 31 de dezembro de 2009.

A DIRETORIA.

Balanco Patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Ativo	
	2009	2008
CIRCULANTE	513.548	306.067
DISPONIBILIDADES	16	43
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	381.995	208.019
Carteira Própria (Nota 03b e 4)	381.995	208.019
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	131.185	97.801
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	132.225	99.459
Setor Público	129.857	96.622
Setor Privado	2.368	2.837
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 03d, 05c e 05d)	(1.040)	(1.658)
OUTROS CRÉDITOS	301	166
Adiantamento Diversos	162	164
Devedores Diversos - País	139	2
OUTROS VALORES E BENS	51	38
Material em Estoque	40	32
Despesas Antecipadas (Nota 03e)	11	6
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	587.976	712.893
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	124.192	241.403
Carteira Própria (Nota 03b e 4)	124.192	241.403
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	460.843	468.943
Operações de Crédito (Notas 03c, 05a, 05b e 05c)	463.750	472.194
Setor Público	456.203	464.872
Setor Privado	7.547	7.322
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 03d, 05c e 05d)	(2.907)	(3.251)
OUTROS CRÉDITOS	2.941	2.547
Depósitos em Garantia	2.941	2.547
PERMANENTE	700	816
INVESTIMENTOS (Nota 06a)	1	1
Outros Investimentos	1	1
IMOBILIZADO DE USO (Nota 03f e 06b)	567	636
Outras Imobilizações de Uso	1.328	1.248
(-) Depreciações Acumuladas	(761)	(612)
DIFERIDO (Nota 03g e 06c)	132	179
Gastos em Imóveis de Terceiros	36	36
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logíciais	221	221
(-) Amortização Acumulada	(125)	(78)
TOTAL DO ATIVO	1.102.224	1.019.776

	Passivo	
	2009	2008
CIRCULANTE	66.691	66.391
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Nota 03i e 07)	569	658
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	569	658
FINAME	569	658
OUTRAS OBRIGAÇÕES	66.122	65.733
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMBELHADOS	2	-
IOF a Recolher	2	-
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	58.482	55.137
Dividendos e Bonificações a Pagar (Nota 10c)	58.165	54.889
Participações no Lucro Empregados (Nota 9)	317	248
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	5.725	6.749
Impostos e Contribuições sobre o Lucro a Pagar (Nota 03j)	5.051	5.933
Impostos e Contribuições a Recolher	674	816
DIVERSAS	1.913	3.847
Dotação para Aumento de Capital (Nota 10b)	-	2.709
Despesas de Pessoal	479	412
Prov. p/ Passivos Contingentes (Nota 03i e 08)	371	14
Credores Diversos - País (Nota 2)	1.063	712
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	15.052	15.963
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Nota 03i e 07)	715	1.322
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	715	1.322
FINAME	715	1.322
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.337	14.641
DIVERSAS	14.337	14.641
Prov. p/ Passivos Contingentes (Nota 03i e 08)	11.122	11.878
Credores Diversos - País (Nota 2)	3.215	2.763
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	1.020.481	937.422
Capital		
De Domiciliados no País	835.551	776.177
Reservas de Capital	6	4
Reservas de Lucros	184.924	161.241
TOTAL DO PASSIVO	1.102.224	1.019.776

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continuação

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	2009		2008
	2º Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	55.724	114.490	116.625
Operações de Crédito	35.017	69.887	57.675
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	20.707	44.603	58.950
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(411)	(827)	(2.219)
Operações de Empréstimos e Repasses	(28)	(115)	(168)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 03d, 05c e 05d)	(383)	(712)	(2.051)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	55.313	113.663	114.406
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(8.152)	(20.997)	(28.010)
Despesas de Pessoal	(3.778)	(7.146)	(6.528)
Outras Despesas Administrativas	(3.766)	(10.232)	(16.555)
Despesas Tributárias	(2.621)	(5.381)	(5.481)
Outras Receitas Operacionais	2.925	3.725	2.671
Outras Despesas Operacionais	(912)	(1.963)	(2.117)
RESULTADO OPERACIONAL	47.161	92.666	86.396
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	47.161	92.666	86.396
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 3j)	5.495	(10.370)	(11.364)
Provisão para Imposto de Renda	4.088	(7.557)	(8.304)
Provisão para Contribuição Social	1.407	(2.813)	(3.060)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO (Nota 9)	(317)	(317)	(248)
LUCRO LÍQUIDO	52.339	81.979	74.784
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (Nota 10c)	58.166	58.166	54.890
Número de Ações:	835.551	835.551	776.177
Lucro Líquido por Ação do Capital Social - (Em R\$)	62,64	98,11	96,35

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	2009		2008
	2º Semestre	Exercício	Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício	52.339	81.979	74.784
Ajuste de Exercício Anterior (Nota 2)	(129)	(129)	133
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais			
Depreciações e Amortizações	101	196	155
Constituição (Reversão) de Provisão para Operações de Crédito	383	712	2.051
Constituição (Reversão) de Provisão para Contingências	(1.351)	(365)	801
Lucro Líquido Ajustado	51.343	82.393	77.924
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais:			
Títulos e Valores Mobiliários	(54.696)	(56.765)	72.710
Operações de Crédito	13.341	(24.321)	(143.951)
Baixa para Prejuízo - Provisão p/ Operações de Crédito	(1.473)	(1.674)	(743)
Outros Créditos	(108)	(530)	(532)
Outros Valores e Bens	10	(13)	(2)
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais:			
Outras Obrigações	331	908	2.432
IR e CSLL a Pagar	(8.323)	(882)	1.087
Impostos e Contribuições a Recolher	48	(144)	257
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	473	(1.028)	9.182
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações em Investimentos	-	-	(1)
Aplicações em Imobilizado de Uso	(70)	(80)	(439)
Aplicações no Diferido	-	-	(95)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(70)	(80)	(535)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento (Redução) Líquido em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(411)	(697)	(1.469)
Aumento (Redução) em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	1.778	2.416
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(9.606)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamentos	(411)	1.081	(8.659)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(8)	(27)	(12)
Modificações na Posição Financeira:			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	24	43	55
Caixa e Equivalentes de Caixa ao Final do Exercício	16	16	43
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(8)	(27)	(12)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			AGIO P/ SUBS. AÇÕES	LEGAL	ESTATUTÁRIA	AGIO P/ SUBS. AÇÕES	LEGAL	ESTATUTÁRIA		
A SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2008	733.787	-	-	3	18.622	121.523	-	1.068	875.003	
1. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	133	133	
2. AUMENTO DE CAPITAL	-	42.390	-	-	-	-	-	-	42.390	
- Subscrição de Ações	-	42.390	-	-	-	-	-	-	42.390	
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	42.390	(42.390)	-	-	-	-	-	-	-	
3. OUTROS EVENTOS	-	-	-	1	-	-	-	-	1	
- Ágio na Subscrição de Ações	-	-	-	1	-	-	-	-	1	
- Destinação de Reservas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	93	975	-	(1.068)	-	
4. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	74.784	74.784	
5. DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Reservas de Lucros	-	-	-	-	3.739	16.288	-	(20.027)	-	
- Juros s/ Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	-	-	(54.890)	(54.890)	
B SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	776.177	-	4	22.454	138.786	138.786	-	-	937.421	
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	42.390	-	1	3.832	17.263	17.263	(1.068)	-	62.418	
A SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009	776.177	-	4	22.454	138.786	138.786	-	-	937.421	
1. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Nota 10d)	-	-	-	-	-	-	-	(129)	(129)	
2. AUMENTO DE CAPITAL (Nota 10b)	-	59.374	-	-	-	-	-	-	59.374	
- Subscrição de Ações no País	-	59.374	-	-	-	-	-	-	59.374	
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	59.374	(59.374)	-	-	-	-	-	-	-	
3. OUTROS EVENTOS	-	-	-	2	-	-	-	-	2	
- Ágio na Subscrição de Ações	-	-	-	2	-	-	-	-	2	
4. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	81.979	81.979	
5. DESTINAÇÕES (Nota 10c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Reservas de Lucros	-	-	-	-	4.099	19.585	-	(23.684)	-	
- Juros s/ Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	-	-	(58.166)	(58.166)	
B SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	835.551	-	6	26.553	158.371	158.371	-	-	1.020.481	
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	59.374	-	2	4.099	19.585	19.585	-	-	83.060	
A SALDOS EM 01 DE JULHO DE 2009	831.064	-	5	23.936	159.534	159.534	7.410	-	1.021.949	
1. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Nota d)	-	-	-	-	-	-	-	(129)	(129)	
2. AUMENTO DE CAPITAL (Nota 10b)	-	4.487	1	-	-	-	-	-	4.488	
- Subscrição de Ações	-	4.487	1	-	-	-	-	-	4.488	
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	4.487	(4.487)	-	-	-	-	-	-	-	
3. OUTROS EVENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reversão de Reserva Constituída 1º Semestre	-	-	-	-	-	(1.163)	1.163	-	-	
4. LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	52.339	-	52.339	
5. DESTINAÇÕES (Nota 10c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Reservas de Lucros	-	-	-	-	2.617	-	(2.617)	-	-	
- Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(58.166)	-	(58.166)	
B SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	835.551	-	6	26.553	158.371	158.371	-	-	1.020.481	
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	4.487	-	1	2.617	(1.163)	(1.163)	(7.410)	-	(1.468)	

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado - Informação Complementar I

Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

Descrição	2009	%	2008	%
RECEITAS	115.421		115.260	
Intermediação Financeira	114.490		116.625	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão (Constituição)	(712)		(2.051)	
Outras	1.643		686	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(115)		(168)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(11.628)		(18.104)	
Materiais, Energia e Outros	(73)		(78)	
Serviços de Terceiros	(7.845)		(14.095)	
Outras	(3.710)		(3.931)	
Comunicação	(74)		(90)	
Publicação	(92)		(81)	
Serviços do Sistema Financeiro	(135)		(136)	
Processamento de Dados	(1.275)		(1.400)	
Pessoal - Terceirizado	(1.698)		(1.575)	
Outras	(436)		(649)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	103.678		96.988	
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(196)		(155)	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	103.482		96.833	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	103.482	100%	96.833	100%
Pessoal	5.728	5,54%	5.135	5,30%
Remuneração Direta	3.934		3.444	
Benefícios	667		660	
FGTS	258		231	
Outros Encargos Sociais	869		800	
Impostos, Taxas e Contribuições	15.753	15,22%	16.892	17,45%
Federais	15.753		16.892	
Remuneração de Capitais de Terceiros	22	0,02%	22	0,02%
Aluguéis	22		22	
Remuneração de Capitais Próprios	81.979	79,22%	74.784	77,23%
Juros sobre o Capital Próprio	58.166		54.890	
Lucros Retidos	23.813		19.894	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97, alterada pelas Leis Estaduais nº 12.401 de 30/12/98 e nº 12.419 de 13/01/99. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.828 de 30/03/2001, alterada pelas Resoluções 3.706/09 e 3.757/09. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- I. Fundos constitucionais;
- II. Orçamentos estadual e municipal;
- III. Organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento.

NOTA 02 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e quando aplicável, as normas e instruções do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis utilizam a nomenclatura e classificação padronizadas pelo COSIF e determinadas pelo Banco Central do Brasil.

Houve a reclassificação no balanço patrimonial em relação ao ano anterior no grupo de contas "Credores Diversos - País" de valor antes classificado como Circulante para Exigível a Longo Prazo. Conseqüentemente a apresentação de tal rubrica, conforme divulgada naquele exercício, está sendo adaptada a fim de manter a comparabilidade do balanço.

Houve a reclassificação no fluxo de caixa em relação ao ano anterior, da conta ajuste de exercício anterior no valor de R\$ 133 mil, que em 2008, estava ajustando a variação do

saldo de ativos e passivos operacionais, e em 2009 está sendo apresentada em grupo de contas de "Ajuste de Exercício Anterior". Conseqüentemente a apresentação de tal rubrica, conforme divulgada naquele exercício, está sendo adaptada a fim de manter a comparabilidade dos fluxos.

Está sendo divulgada de forma complementar a Demonstração de Valor Adicionado - DVA à qual foi instituída pela Lei 11.638/07 e ainda não regulamentada pelo BACEN. Esta demonstração visa permitir análises adicionais sobre as demonstrações contábeis apresentadas.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais destacam-se:

- a) **Apuração do Resultado:**
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pró-rata" dia para dias de natureza financeira.
- b) **Títulos e Valores Mobiliários:**
A carteira própria está composta de títulos de renda fixa, foram adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até seu vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço em contrapartida ao resultado do período.
As Agências de Fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei 11.638/2007.
- c) **Operações de Crédito:**
As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixadas.
Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/99, do CMN, a qual requer a análise periódica

continuação

- é reconhecido.
- i) **Atualização Monetária de Obrigações:**
As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do exercício.
- j) **Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:**
A AFPR está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa.
As provisões são constituídas mensalmente, de acordo com a legislação vigente para cada imposto.
Os valores provisionados mensalmente, estimados sobre a base de cálculo inerente a cada imposto, são calculados considerando as seguintes alíquotas:
- Imposto de Renda.....15,00%
- Adicional de Imposto de Renda (I).....10,00%
- Contribuição Social.....9,00%
(I) calculado sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000,00 mensais.
- NOTA 04 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Em 31 de dezembro, a carteira própria de Títulos e Valores Mobiliários está composta da seguinte forma:

Discriminação	Vencimento	2009	2008
Títulos Públicos Federais		265.992	336.252
Letras Financeiras do Tesouro - LFT A	12/2014	155.240	168.892
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	03/2009 a 06/2010 (1)	110.752	167.360
Cotas de Fundos de Investimentos	Sem vencimento	240.195	113.170
Total da Carteira Própria		506.187	449.422
<i>Curto Prazo</i>		381.995	208.019
<i>Longo Prazo</i>		124.192	241.403

(1) Em 18/03/2009 foram resgatadas no vencimento 17.900 LFTs no montante de R\$ 68,3 mil.

O montante aplicado em títulos públicos soma R\$ 265.992 mil em 2009 (R\$ 336.252 mil em 2008) e está composto por 99.900 LFT-A com resgate em parcelas mensais e consecutivas, e 27.036 LFT com o resgate total no vencimento, sendo totalmente custodiados pelo Banco do Brasil.

A AFPR possui aplicações em títulos de renda fixa, cujo montante corresponde a R\$ 240.195 mil em 2009 (R\$ 113.170 mil em 2008), deste total 67,77% está aplicado no Banco do Brasil, 32,23% na Caixa Econômica Federal.

NOTA 05 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro, a carteira operações de crédito esta composta da seguinte forma:

a) Composição por faixa de vencimento:

Parcelas Vincendas	2009	2008
Até 180 dias	65.778	47.205
De 181 a 360 dias	66.341	51.196
Acima de 360 dias	463.750	472.194

Parcelas Vincidas	2009	2008
Até 60 dias	38	94
De 61 a 180 dias	33	856
Acima de 180 dias	35	108
Total da Carteira	595.975	571.653

b) Composição por tipo de atividade econômica:

Sector Privado	2009	2008
Rural	795	2.797
Indústria	142	218
Comércio	187	607
Intermediação Financeira	1.001	-
Outros Serviços	716	410
Pessoas Físicas	7.074	6.127
Sector Público	586.060	561.494
Administração Direta Municipal	586.060	561.494
Total da Carteira	595.975	571.653

c) Composição por nível de risco:

Classificação de Risco	Total das Operações	% Part.	Provisão %	2009 Valor da Provisão	2008 Valor da Provisão
AA	15.195	2,55	-	-	-
A	444.809	74,64	0,5	2.224	2.101
B	133.920	22,47	1,0	1.339	1.055
C	1.578	0,26	3,0	47	488
D	128	0,02	10,0	13	4
E	9	-	30,0	3	280
F	27	-	50,0	14	391
G	6	-	70,0	4	23
H	303	0,06	100,0	303	567
Total	595.975	100,00		3.947	4.909

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Dez/2009	Dez/2008
Saldo no Início do Exercício	4.909	3.601
Provisão Constituída	2.766	3.715
Reversão de Provisão	(2.054)	(1.664)
Efeito no Resultado	712	2.051
Créditos Baixados para Prejuízo	(1.674)	(743)
Saldo no Fim do Exercício	3.947	4.909

e) Créditos Renegociados e Recuperados

Discriminação	Dez/2009	Dez/2008
Renegociação	142	311
Recuperação de Créditos Baixados Prejuízo	275	490

No exercício de 2009 foi baixado para a conta de compensação o valor de R\$ 1.403 mil da linha de financiamento FINAME - Moderfrota e R\$ 271 mil da linha financiamentos microcrédito, totalizando R\$ 1.674 mil (R\$ 743 mil em 2008), sendo que em 31/12/09 o saldo acumulado dessas operações é de R\$ 5.102 mil (R\$ 3.763 mil em 31/12/2008), de acordo com o estabelecido na Resolução nº. 2.682 de 21.12.1999.

NOTA 06 - ATIVO PERMANENTE

a) **Investimentos:**
Em investimentos estão registrados os valores gastos para o registro da marca da AFPR, no montante de R\$ 640,00.

b) **Imobilizado de Uso**

	2009			2008		
(*)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	694	(219)	475	531	
Sistema de Comunicação	10%	16	(11)	5	7	
Processamento de Dados	20%	560	(526)	34	98	
Sistema de Transporte	20%	58	(5)	53	-	
Total		1.328	(761)	567	636	

c) **Diferido**

	2009			2008		
(*)	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Gastos em Imóveis de Terceiros	20%	36	(10)	26	33	
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logísticas	20%	221	(115)	106	146	
Total		257	(125)	132	179	

(*) - Taxa anual de depreciação e amortização.

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Refere-se à obrigação de repasse junto ao BNDES, com financiamento do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - MODERFROTA, o qual é operado em parceria com o Banco CNH S.A., mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira.

O valor dessa obrigação encontra-se atualizada até a data do balanço, pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescida de 1 % a.a. conforme disposição contratual. As amortizações saltao ao BNDES têm periodicidade semestral e são vinculadas aos prazos dos contratos dos mutuários, com vencimento final em 15/01/2012.

NOTA 08 - PROVISÕES PARA PASSIVOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A AFPR é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cívicas e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, através da análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

a) **Ações Trabalhistas:**

A instituição é parte em ações trabalhistas, movidas principalmente por terceirizados bolsistas do CTPAR, que, em sua maioria, correspondem ao pedido de FGTS, horas extras, INSS, equiparação salarial, intervalos e juros de mora do período "laborado", verbas, as quais, excluindo-se o primeiro e as horas extras a serem pagas sem o adicional, existem possibilidades de êxito nas demandas aforadas. O valor da provisão atualizada até 31 de dezembro de 2009 soma R\$ 604 mil.

b) **Ações Cívicas:**

A instituição é parte em uma Ação de Cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi devidamente contestada pela AFPR contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/2009, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/2010. A AFPR irá interpor o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão, aduzindo além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido realizado julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido proferido despacho saneador nos autos deferindo ou não tal requerimento. O valor atualizado da ação soma R\$ 991 mil sendo integralmente provisionado, considerando a expectativa de perda provável pela área jurídica da instituição. A instituição é parte também em ações aforadas visando a reparação de supostos danos morais e materiais por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito e por alegações de descumprimento contratual. Durante o exercício de 2009, foram constituídas novas provisões no montante de R\$ 521 mil. O saldo total atualizado até 31/12/2009 é R\$ 607 mil, montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

c) **Ação Fiscal - Municipal:**

Em dezembro de 2006 a instituição sofreu autuação da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente aos exercícios de 2001 a 2004. Os referidos autos visam à cobrança de ISS sobre a receita de prestação de serviços decorrentes da cobrança da Carteira de Crédito dos Ativos de titularidade do Estado do Paraná sob a gestão AFPR, bem como, cobrança pela não retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço, principalmente aqueles decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a AFPR/SEFA e PARANACIDADE/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. A empresa apresentou impugnação dos referidos autos, tendo sido julgado em sua grande maioria improcedente. Em janeiro de 2008 a AFPR apresentou recurso contra a decisão o qual será apreciado pela Junta de Recursos Administrativos Tributários. No início de 2007 o município de Curitiba ajuizou execução fiscal da dívida ativa - autos 72059/2007 em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública - Falências e Concordatas de Curitiba, sendo que esta AFPR apresentou exceção de pré-executoriedade a qual aguarda julgamento. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos e para a adequação do valor provisionado a Administração da AFPR decidiu pela reversão em 2009 de R\$ 1.649 mil oriundos de provisão dos autos de infração que versa à cobrança pela não retenção na fonte de ISS sobre faturas do PARANACIDADE, tal reversão ocorreu, tendo em vista que os valores discutidos foram depositados em Juízo, em Ação Declaratória de Imunidade Tributária (autos 321/2007) promovida pela Procuradoria Geral do Estado em favor do PARANACIDADE, cujo trâmite se dá perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba, bem como, pelo fato da AFPR, em atendimento a recomendação exarada pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE, ter descontado do PARANACIDADE o valor de R\$ 1.489.133,65 (um milhão, quatrocentos e oitenta e nove mil, cento e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos) relativo ao valor principal e atualização do ISS debatido nos autos de infração, registrando-o no passivo contábil sob a rubrica - credores diversos. O saldo atual atualizado até 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 9.291 mil (R\$ 10.003 mil em 31/12/2008).

d) **Movimentação das Provisões Constituídas**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Trabalhistas	Cívicas	Fiscais	Total
No Início do Exercício	939	950	10.003	11.892
Movimentação com Efeito no Resultado	(321)	668	(712)	(365)
Atualização/Encargos	131	152	937	1.220
Constituição	20	521	-	541
Baixa por Reversão	(472)	(5)	(1.649)	(2.126)
Baixas por Pagamento	(14)	(20)	-	(34)
Saldo no Final do Exercício	604	1.598	9.291	11.493

NOTA 09 - PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS

A Administração aprovou proposta de Acordo Coletivo de Trabalho sobre Participação nos Lucros e/ou Resultados - PLR para o exercício de 2009, celebrado entre a AFPR e seus empregados contratados mediante concurso público. Este acordo foi celebrado dentro da legislação pertinente e observados os dispositivos legais do Decreto Estadual nº 1.978/07.

Para a apuração do valor foram estabelecidas metas como parâmetro de desempenho que se atingidas proporcionarão a participação dos empregados nos resultados. A média geral estipulada pela empresa dos indicadores foi atingida, o que proporcionará o pagamento de 2,3 salários nominais para cada empregado. No exercício de 2009 foi provisionado o montante de R\$ 317 mil.

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social:**

O Capital Social subscrito e integralizado em 31/12/09 é de R\$ 835.551 mil (R\$ 776.177 mil em 31/12/08), representado por 835.551 (776.177 em 31/12/08) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Por deliberação da Assembléia Geral, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social poderá ser aumentado até o valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) **Aumento de Capital:**

Conforme Ata da 39ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 27/04/09, deli-

berou-se aumentar o Capital Social no montante de R\$ 54.887 mil, mediante incorporação de Juros sobre o Capital Próprio oriundos do exercício de 2008, sendo R\$ 54.880 mil pelo acionista majoritário - Estado do Paraná e R\$ 7 mil pelo acionista minoritário - Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR.

Conforme Ata 40ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 04/08/2009, deliberação aumentar o Capital Social no montante de R\$ 4.487 mil, mediante incorporação da dotação para aumento de capital, pelo acionista majoritário - Estado do Paraná.

Estes aumentos de capital foram homologados pelo BACEN por meio dos ofícios DE-ORF/GTCUR-2009/5753, de 09/06/2009 e DEORF/GTCUR-2009/8060, de 12/08/2009, respectivamente.

c) **Juros sobre o Capital Próprio e Destinação do Lucro Líquido do Exercício:**

No exercício de 2009, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária a instituição efetuou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, imputando-os aos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 58.166 mil (R\$ 54.890 mil em 12/2008), calculados conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

Os referidos juros, foram registrados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, no entanto, para fins de divulgação das demonstrações contábeis, adequação aos princípios contábeis e atendimento à Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil, os juros constam como destinação de resultado, diretamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, na rubrica Lucros Acumulados em contrapartida registrada na rubrica "Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias", no passivo circulante.

De acordo com o art. 43 do Estatuto Social da AFPR, a destinação do Lucro Líquido do Exercício é como segue:

Descrição	Dez/2009	Dez/2008
Lucro Líquido do Exercício	81.979	74.784
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(129)	133
Constituição Reserva Legal	4.099	3.739
Constituição Reserva Estatutária - Aumento de Capital	19.585	16.288
Juros s/ Capital Próprio Imputados aos Dividendos	58.166	54.890

d) **Ajuste em Lucros / Prejuízos Acumulados:**

Em outubro de 2009, por orientação do Tribunal de Contas do Estado, a AFPR devolveu ao Estado do Paraná o montante de R\$ 205 mil, oriundo da cobrança à maior taxa de administração dos Ativos pertencentes ao Estado, sob gestão da AFPR, referente o ano de 2006. Esta devolução proporcionou alteração da base de cálculo do COFINS, IRRF, CSLL e PIS/PASEP do exercício de 2006, resultando numa redução destes tributos na ordem de R\$ 76 mil. Estes impostos e contribuições recolhidos a maior foram compensados pela AFPR ainda no exercício de 2009.

Estes fatos geraram o ajuste em exercícios anteriores na ordem de R\$ 129 mil.

NOTA 11 - COBERTURA DE SEGUROS

A AFPR mantém seguro para cobertura do seu imobilizado de uso no montante de R\$ 760 mil, com apólice vigente até 09/10/2010, os veículos de uso pertencentes à AFPR têm cobertura no valor de R\$ 66 mil, com apólices vigentes até 28/08/2010. Para os veículos cedidos para uso por outro órgão do Estado, também foram contratados seguros, com apólices vigentes até 04/04/10, sendo o órgão cedente o beneficiário destes seguros.

NOTA 12 - ACORDO DE BASILÉIA

Os limites operacionais da Agência de Fomento do Paraná S/A, foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções 3.444/07 e 3.490/07, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) respectivamente. Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	31/12/2009	31/12/2008
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA	124.324	111.217
Nível I	1.020.349	937.242
Patrimônio Líquido	1.020.481	937.421
Ativo Permanente Diferido	(132)	(179)
Nível II	-	-
Deduções do Patrimônio de Referência	896.025	826.025
Destaque para Operações com o Setor Público ¹	896.025	826.025
PRE - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO	33.827	14.622
Parcela de Risco de Crédito (Pepr)	27.837	13.791
Parcela de Risco Operacional (Popr)	5.990	831
Parcela de Risco de Mercado ² (Pjur,Pcom,Pcam,Pacs)	-	-
Rban³ - RISCO DA CARTEIRA BANKING	1.280	9.661
MARGEM = PR - (PRE + Rban)	89.217	86.934
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR X 100) / (PRE / 0,11)	40,43	83,67

1. Conforme art. 3º, da Res. 2827/01, o destaque de PR não integra o PR para cálculo dos limites operacionais.
2. As operações da AFPR não estão classificadas na carteira de negociação e, portanto, não se sujeitam ao cálculo das parcelas PJUR, PCOM, PCAM e PACS.
3. Exigência de capital para exposições sujeitas ao risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (Carteira Banking).

NOTA 13 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco Operacional

A Agência de Fomento do Paraná S/A dispõe de política e estrutura implementada para a gestão de riscos operacionais, conforme disciplinado pela Resolução 3.380/06 do CMN/BACEN. Sua avaliação ocorre de forma freqüente, sendo enviados esforços contínuos no sentido de minimizá-los. A alocação mensal de capital para fazer face aos riscos operacionais, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, se dá por meio da parcela de risco operacional (POPR), apurada utilizando a metodologia de Indicador Básico.

E ainda, no âmbito de registro de perdas associadas a risco operacional, há contínuo monitoramento sobre perdas resultantes de eventos adversos, que são identificadas junto às áreas e compiladas em relatório gerencial.

Risco de Mercado

A Agência de Fomento do Paraná S/A tem estabelecidas as diretrizes compatíveis com a exposição a risco de mercado e liquidez das suas operações, garantindo e disciplinando as responsabilidades através de normas internas, conforme determinação da Resolução 3.464/07, CMN/BACEN. A estrutura de gerenciamento de riscos envolve desde a alta administração até as gerências das áreas e contempla as atribuições, bem como as ações e estratégias destinadas a manter a exposição aos riscos de mercado em níveis aceitáveis pela instituição. As normas internas contemplam as diretrizes e procedimentos relativos à aplicação de recursos, limites e monitoramento de exposição aos riscos. De acordo com a Resolução 3.464/07, do CMN/BACEN, a carteira da AFPR está caracterizada como de não negociação. A instituição controla os riscos de mercado conforme tratamento estipulado pela Circular 3.365/07, do BACEN, que dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros de operações classificadas na carteira de não negociação (carteira *banking* - Rban) e mantém capital suficiente para sua cobertura.

Risco de Crédito

Conforme determinado pela recente Resolução 3.721/09, do CMN/BACEN, está em fase de implantação estrutura de risco de crédito, de forma compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços oferecidos e de acordo com os níveis de exposição a risco de crédito.

Maiores informações sobre a estrutura e política de gerenciamento de riscos encontram-se disponibilizadas em nosso sít